



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007845-27.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Giselda de Cassia Zanchim Sacolao Me**
 Embargado: **Itaú Unibanco S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

GISELDA DE CÁSSIA ZANCHIM SACOLAO ME, já qualificada, ajuizou ação de embargos à execução em face de ITAÚ UNIBANCO S/A, também já qualificado, alegando que diferente do alegado pelo embargado, estaria tentando renegociar a dívida referente ao contrato bancário em questão, porém sem sucesso, haja vista que o banco estaria se negando a computar os juros e correções consoantes aos moldes legais; afirma que o valor apurado teria sido calculado com a incidência de juros anuais acima de 20%, o que seria considerado abusivo e por isso teria tentado negociar o débito para que o embargado aplicasse os juros e correções legais, mas não teria obtido sucesso; afirmou que a questão aventada estaria amparada pelo CDC e que o contrato emitido pelo embargado quando do lançamento dos juros ilegais, deixariam claro que os valores cobrados ultrapassavam os limites da lei, pois os juros vinham somando mês a mês numa flagrante ilegalidade, os únicos documentos que o embargado apresentou não permitem colocar de forma explícita o valor dos juros cobrados, ou, ao menos, saber quantos e quais as atualizações aplicadas pelo Banco, que os juros capitalizados da forma prevista seriam abusivos e ilegais, caracterizando anatocismo, devendo ser reconhecida a vedação da capitalização mensal de juros conforme artigos 4º e 11 do Decreto nº 22.626/33 e Súmula 121 do E. Supremo Tribunal Federal, bem como revisando-se os cálculos da dívida, que seja declarada a ilegalidade da cobrança de comissão de permanência porquanto não contratada expressamente e porque cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, juros moratórios e multa, requerendo a redução da penhora para limites que satisfaçam e assegurem o Juízo, uma vez que os juros foram exorbitantes, a condenação do embargado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais.

O embargado impugnou alegando, primeiramente, que inaplicabilidade do CDC porque os recursos financeiros tomados pela embargante teriam se destinado ao incremento de sua atividade empresarial, para financiar bem destinado à produção, de forma que caracterizaria insumo para a atividade produtiva e não consumo final, sustentando que os cálculos apresentados na inicial teriam sido obtidos através da utilização de simples cálculos aritméticos e que teria cumprido com todas as prescrições legais, obedecendo o estipulado contratualmente, e que a Cédula de Crédito Bancário, objeto da execução, preencheria as condições previstas no artigo 29 e incisos da Lei 10.931/2004, representando dívida líquida, certa e exigível e seu valor corresponderia ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, emitidos pelo credor; alegou que a capitalização de juros é legal e fundamentou citando a medida provisória nº 1.963-17/2000, de 30/03/2000, e afirmando que o STJ teria consolidado o mesmo entendimento; sustentou que inexistente a cobrança de juros abusivos, mas tão somente os encargos contratualmente previstos; diante do exposto, requereu a improcedência dos pedidos da inicial, condenando os embargantes nas custas, despesas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

Não houve réplica.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

A tese da autora, de que a capitalização mensal dos juros seria prática proibida pelos art. 4º e art. 11 do Decreto nº 22.626/33, bem como pela Súmula nº 121 do E. Supremo Tribunal Federal, por implicar em anatocismo, bem como a discussão a respeito da existência de vício de origem na edição das Medidas Provisórias nº 1.963-17/2000 e Medida Provisória nº 2.170-36/ 2001, por suposta violação do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26.02.1998, ou, ainda, a respeito de vício de inconstitucionalidade nessas normas, acaba *prejudicada* quando, analisado e lido, vê-se instrumento particular de confissão de dívidas e outras avenças, emitido em 01 de novembro de 2016 no valor de R\$ 211.273,23, teve ajustado o pagamento em sessenta (60) parcelas de valor igual de R\$7.073,35, com juros pré-fixados de 2,72 ao mês (vide fls. 44).

É que, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros*”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ¹).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida*” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ²).

No mais, a causa de pedir é extremamente genérica, não permitindo individualização ou especificação de qualquer vício ocorrido na negociação, infringindo regra processual, pois, como se sabe, o processo civil é guiado pelo princípio da substanciação, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 282, do Código de Processo Civil, a “*expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido*”, requisitos esses que “*a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida*”, pois da clareza desses dados dependerá “*que o réu possa preparar sua defesa*”

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(cf. MOACYR AMARAL SANTOS 3).

Quanto, a impugnação à planilha apresentada pela embargada, inicialmente, no atinente ao termo inicial da cobrança de juros de mora, de se salientar o entendimento do STJ, no sentido de que, tratando-se de dívida de parcelas sucessivas, que representam obrigação líquida e positiva, devem incidir os juros a partir do vencimento de cada parcela.

Observe-se que a relação jurídica de direito material, originada pelo instrumento particular de confissão de dívida, não está sob a égide das normas do Código de Defesa do Consumidor, além de inexistir qualquer abuso na fixação da multa em 20%, que foi livremente pactuada entre os contratantes.

Nesse mesmo sentido: "**EMENTA: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS- EMBARGOS À EXECUÇÃO-IMPROCEDÊNCIA – RECONHECIMENTO - PRORROGAÇÃO DA LOCAÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO - RESPONSABILIDADE DOS FIADORES ATÉ A EFETIVA DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL - INTELIGÊNCIA DO ART. 39 DA LEI N.º 8.245/91 - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 214 DO C. STJ - MULTA DE 20% - POSSIBILIDADE - PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA - DESCABIMENTO DO ARTIGO 1.336, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL QUE TRATA DE DESPESAS DE CONDOMÍNIO - JUROS QUE SÃO DEVIDOS A PARTIR DO VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO - HONORÁRIOS FIXADOS EM 15% DO VALOR DADO À CAUSA QUE NÃO SE MOSTRAM EXCESSIVOS-SENTENÇA MANTIDA.**" (cf. Ap n° 0015486-68.2013.8.26.0002 – TJSP - 27/11/2014)

Em seguida, pretende a autora que os juros remuneratórios sejam limitados ao que chama de "taxa legal", em 12% a.a., matéria cuja discussão, com o devido respeito, beira a má-fé, na medida em que já pacificada há décadas, inclusive com edição de Súmula Vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, a saber: "*A Súmula Vinculante n° 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco*", e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, "*tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a "Lei", sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade*" (cf. Ap. n° 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ³).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: "*a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional n° 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar*".

No que diz respeito à cobrança da comissão de permanência, que a autora afirma tenha a mesma natureza da correção monetária e dos juros remuneratórios, cumpre considerar não tenha sido contratada, a propósito do que se vê no documento já referido.

Também não haverá, por conta da não contratação da comissão de permanência, se falar em cumulação com multa moratória.

Por todo o exposto, os embargos são improcedentes, cumprindo, assim, à embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos, opostos por

³ www.esaj.tjsp.jus.br

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

GISELDA DE CÁSSIA ZANCHIM SACOLAO ME contra ITAÚ UNIBANCO S/A, em consequência do que CONDENO a embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 18 de janeiro de 2018.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**